



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS

2019

Conteúdo

Relatório da Administração:

Carta do Presidente
A Empresa
Estrutura Organizacional
Governança Corporativa
Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
Aspectos Operacionais
Indicadores Sociais Externos
Investimentos
Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
Indicadores Sociais Internos
Dimensão Econômica Financeira
Indicadores econômicos
Balço Social

Demonstrações Contábeis:

Balço Patrimonial
Demonstrativo do Resultado
Demonstração do Fluxo de Caixa
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2019 a Companhia Campolarguense de Energia – Cotel concretizou uma das mudanças mais significativas em sua gestão - a migração para o mercado livre de energia. O fim do contrato de compra de energia da Copel Distribuição e a compra de energia através de leilão colocou a concessionária campo-larguense no mesmo patamar de negócio das grandes distribuidoras. A mudança teve como objetivo principal a redução das tarifas para os consumidores e já trouxe resultados positivos. Em um ano que a inflação oficial chegou a 4,31% e grande parte das distribuidoras aplicou aumentos nas tarifas dos consumidores, os campo-larguenses tiveram redução nas tarifas. Desde julho de 2019 os consumidores residenciais passaram a pagar 7,02% menos na fatura de energia e para as indústrias a redução chegou a 14%. Em 2018 a Companhia já teve o menor reajuste tarifário do Paraná e em 2019 alcançou uma das maiores reduções de tarifa em todo o país.

A Companhia segue investindo em melhorias na rede de distribuição, visando reduzir ao máximo o número de interrupções e garantir fornecimento de energia com qualidade aos consumidores. Destaca-se a conclusão da obra do novo alimentador que atende a região do entorno de BR 277 – mais de seis mil consumidores beneficiados com a nova rede que conta com rede compacta no tronco principal. O almoxarifado foi totalmente revitalizado – agora conta com mais espaço e um novo barracão equipado, proporcionando mais agilidade e segurança no armazenamento e despacho de materiais.

Os bons resultados da Cotel repercutem nacionalmente. A Companhia recebeu em 2018 dois troféus inéditos da ANEEL – foi considerada a melhor concessionária de seu porte e a que mais cresceu no país, recebendo dois Prêmios IASC (Índice ANEEL de Satisfação dos Consumidores). Em 2019, dois outros reconhecimentos inéditos. A Ouvidoria da Cotel foi considerada uma das melhores do país e o projeto “Iluminando Campo Largo com Eficiência” recebeu o Prêmio Sesi ODS – que reconhece as melhores práticas das organizações para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto de melhoria na iluminação pública já resultou em mais de 3 mil luminárias tradicionais substituídas por led – que são mais econômicas e iluminam melhor.

Através do Programa de Apoio a Projetos Sociais a Companhia incentivou projetos de diversas áreas, proporcionando a famílias em situação de vulnerabilidade acesso à cultura e ao esporte, entre outros. A seleção foi realizada conforme critérios técnicos, conforme determinado no edital de abertura do Chamamento Público. Dos vinte e três projetos inscritos, os nove com melhor avaliação e que atenderam integralmente as exigências previstas no edital foram contemplados. Além de buscar sempre estar entre as melhores distribuidoras de energia do país, a Cotel busca contribuir com o desenvolvimento de Campo Largo e com a construção de uma cidade melhor para todos os seus moradores.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 51 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocol manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocol renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 132.002 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

Atendimento aos consumidores

Diversas melhorias foram implantadas durante o ano de 2019 com o objetivo de oferecer atendimento com maior qualidade e agilidade, incluindo atualização cadastral e recadastro dos consumidores com tarifa rural. Em abril houve a contratação de empresa terceirizada para aumento da equipe que realiza tele atendimento nos seguintes horários: das 07h30 às 13h30, das 10h às 16h e das 13h às 19h. Os processos foram padronizados e o treinamento da equipe é contínuo - proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os clientes. A Companhia passou a realizar atendimento via Whatsapp (como ferramenta de apoio) para o recebimento de comprovantes de pagamento. A Agência Virtual e o aplicativo Cocal Mobile ganharam destaque em 2019, 26% de todos os atendimentos foram registrados por estes canais.

Em 2019 foram registrados 290.094 protocolos de atendimento - acréscimo de 5% no total de atendimentos realizados em relação ao ano anterior. Cabe destacar que o registro de atendimentos emergências reduziu 6%. No período foram 56.985 ligações recebidas pelo telefone 0800-7262121 (atendimento comercial). Vale ressaltar que em 21/10/2019 foi publicada no Diário Oficial a lei 3132/2019 (qual alterou e revogou a lei 2900/2017 – Ligações Novas), com isso, em 71 dias a Cocal realizou 617 ligações novas, sendo que o total do ano foi de 1295 ligações.

A Cocal disponibiliza seis canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (com atendimento personalizado de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h e atendimento emergencial 24h todos os dias através de central automatizada);
- Agência Virtual: disponível no site www.cocal.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocal.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um setor independente que tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. A Ouvidoria funciona como um pós-atendimento, trata questões que no atendimento dos consumidores não foram resolvidas satisfatoriamente no atendimento inicial, dando oportunidade aos consumidores de receberem uma segunda análise, contribuindo com a melhoria dos processos.

Em 2019 a Ouvidoria da Cocal foi considerada pela agência reguladora como uma das melhores do país. No mês de maio a Companhia recebeu o “Prêmio ANEEL de Ouvidoria”, sendo reconhecida como uma das três melhores Ouvidorias das concessionárias de mesmo porte no país. A ANEEL analisou o funcionamento das ouvidorias de concessionárias de todo o Brasil e instituiu a premiação como forma de estimular as melhores práticas e incentivar a melhoria no tratamento das reclamações dos consumidores.

A Ouvidoria também é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 470/2011.

Em 2019 a Ouvidoria da Cocal passou a utilizar sistema totalmente informatizado para registro e tratamento das manifestações dos consumidores. Durante o ano foram recebidas 39 reclamações através dos canais de atendimento disponibilizados, sendo que 69% delas foram consideradas improcedentes.

Aspectos Operacionais

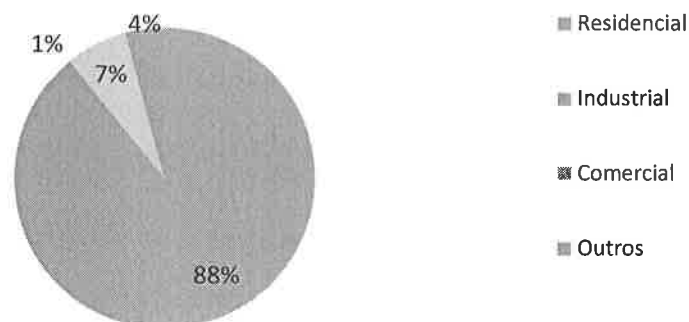
Mercado de Energia Elétrica

Número de consumidores:

Número de Consumidores: O ano de 2019 encerrou com o total de 51.501 unidades consumidoras cativos e livres. Foram realizadas 1.086 novas ligações. Ocorreram reclassificações de unidades da classe de consumo “rural” para classe “residencial” – o que influenciou a participação percentual de cada classe. O número de unidades consumidoras cresceu 2,2% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 88,8% do número total de consumidores.

Classes	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	42.762	43.303	43.654	44.570	45.708
Industrial	511	485	420	394	391
Comercial	3.097	3.142	3.257	3.354	3.359
Rural	1.745	1.817	1.822	1.803	1.750
Poder Público	212	217	218	211	210
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	76	71	67	65	65
Consumo Próprio	2	2	3	3	3
Consumidores Livres especiais	-	9	9	13	14
Total	48.406	49.047	49.451	50.414	51.501
Variação	1,97%	1,31%	0,82%	1,95%	2,16%

Número de Consumidores por Classe

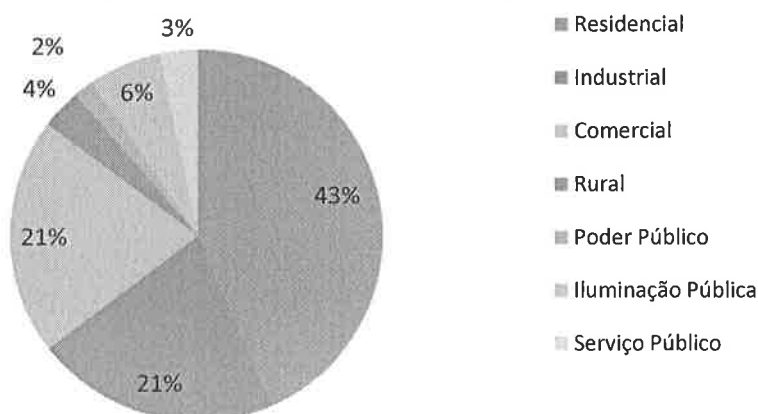


Mercado de Energia Vendida: (MWh)

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2019, totalizou 191.913 MWh. Um decréscimo de 0,54%, comparando com a energia faturada no ano de 2018, que totalizou 192.949 MWh.

Classes	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	79.741	78.448	79.982	80.984	83.342
Industrial	142.238	94.352	48.612	44.517	40.515
Comercial	57.941	47.654	35.736	36.748	39.552
Rural	7.212	7.155	7.253	6.680	6.666
Poder Público	4.249	3.986	3.569	3.356	3.302
Iluminação Pública	13.404	13.728	13.924	13.924	12.022
Serviço Público	6.930	6.407	6.980	6.610	6.391
Consumo Próprio	112	112	117	130	123
Total	311.827	251.842	196.173	192.949	191.913
Variação	1,97%	-19,24%	-22,10%	-1,64%	-0,54%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)

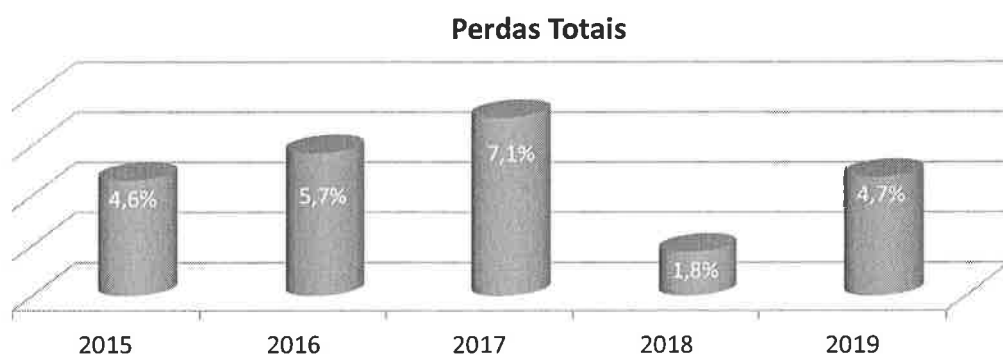


A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2019 adquirida da supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL até o mês 05/2019, e a partir do mês 06/2019, através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 3,76%, passando de 194.129 MWh em 2018 para 201.435 MWh em 2019.

Balanco Energético

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 4,73%.

	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia (GWh)	312	252	196	191	192
Compra de Energia (GWh)	327	267	211	194	201
Perdas Totais	15	15	15	3	9
Perdas Técnicas - PT	10	11	10	1	7
Perdas Não Técnicas - PNT	5	4	5	2	2
% PT/Energia requerida	3,2%	4,2%	4,7%	1,13%	3,69%
% PNT/Energia requerida	1,4%	1,8%	2,4%	0,62%	1,04%
% Perdas Totais /Energia requerida	4,6%	5,7%	7,1%	1,75%	4,73%



Energia Vendida: (R\$ mil) - bruta

Classes	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	60.528	59.812	62.490	71.712	73.385
Industrial	89.601	59.623	29.840	31.415	28.927
Comercial	40.075	33.623	25.636	30.065	32.351
Rural	3.074	3.377	3.570	3.703	3.798
Poder Público	3.228	2.906	2.594	2.776	2.728
Iluminação Pública	5.874	5.790	6.391	7.215	6.140
Serviço Público	4.270	3.639	3.763	3.982	4.011
Total	206.650	168.770	134.284	150.868	151.340
Variação	84,07%	-18,33%	20,43%	12,35%	0,31%

A redução no consumo de energia foi maior no período 2016/2017 em função de consumidores industriais e comerciais que migraram para o mercado livre conforme demonstrado no quadro abaixo:

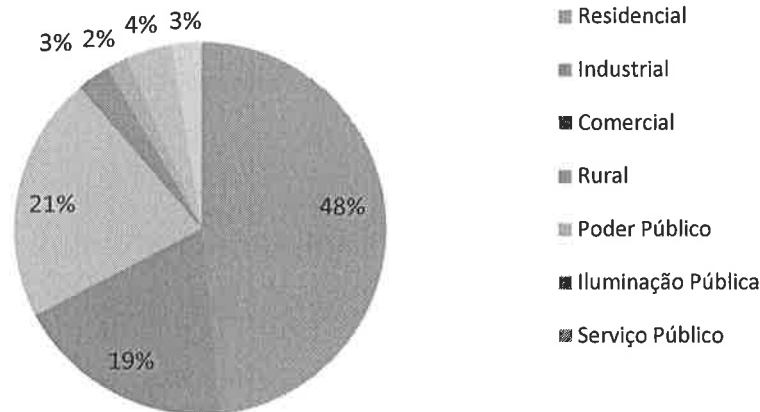
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Classes	2015	2016	2017	2018	2019
Industrial/Comercial	-	5.304	12.009	14.578	19.602
ICMS Substituição Tributária	-	2.001	6.999	8.239	8.242
Total	-	7.305	19.008	22.817	27.844
Variação	-	-	160,21%	20,04%	22,03%

Receita líquida de energia vendida - A receita decorrente de energia elétrica no exercício, líquida de Icms e Cofins/Pasep/Pis, importou em R\$ 99.834 mil, conforme quadro a seguir:

Classes	2018	2019
Residencial	47.231	48.260
Industrial	20.578	18.915
Comercial	19.835	21.342
Rural	2.737	2.885
Poder Público	1.847	1.808
Iluminação Pública	4.704	3.994
Serviço Público	2.617	2.630
Total	99.549	99.834
Variação	11,60%	0,29%

Consumo por Classe de Consumidores - R\$

**Tarifa Média**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2019, R\$ 512,46/MWh, representando um decréscimo de 0,77% em relação ao ano anterior.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2018	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2019
Residencial	583,42	570,41
Industrial	462,26	457,21
Comercial	540,19	533,11
Rural	409,75	454,66
Poder Público	550,33	536,53
Iluminação Pública	337,83	324,41
Serviço Público	395,92	402,69
Tarifa Média	516,45	512,46

Indicadores Sociais Externos**Qualidade Técnica do Fornecimento**

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2015	2016	2017	2018	2019
DEC – Conjunto CL – valor apurado	7,71	8,00	6,19	7,27	6,81
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	10,74	11,61	12,36	12,30	11,21
DEC – Conjunto DCL – limite	11,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	5,57	7,35	6,53	5,82	5,82
FEC – Conjunto CL – limite	8,00	7,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	8,42	9,07	9,09	9,30	9,24
FEC – Conjunto DCL – limite	9,00	8,00	8,00	8,00	8,00

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998 estipulou no Anexo II condições específicas para a prorrogação das concessões. O contrato estabeleceu metas de eficiência com relação a qualidade do serviço prestado considerando a frequência e a duração média de interrupções do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Os indicadores avaliados serão:

- **DECI** (Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora), e
- **FECi** (Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora).

A ANEEL estabeleceu limites máximos destes indicadores para os próximos 05 anos:

	DECI					FECi				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Metas	11,07	10,95	10,84	10,72	10,60	8,40	8,20	8,00	7,80	7,60
Realizado	8,64	8,54	7,26	7,26	-	7,50	7,46	6,69	7,11	-

Investimentos

Ao longo de 2019 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2018	2019
Obras de distribuição	3.975	4.504
Veículos	328	-
Terrenos	962	-
Edificações	612	-
Outros investimentos	163	276
Total dos Investimentos	6.040	4.780

Origens dos Recursos	2018	2019
Recursos próprios	5.699	4.564
Clientes	341	216
Total dos Recursos	6.040	4.780

Sistema de Distribuição – 12/2019

	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	655	144	799
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	769	951	1.720
Postes – unidades	22.751	11.399	34.150
Transformadores – unidades	2.510	2.053	4.563
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	226.763	35.781	262.634

Programa “Luz Fraterna” - Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2018	2019
Nº de residências atendidas	1.703	1.866
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,38%	3,62%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	483	533
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,37%	0,67%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	483	533

Tarifa Social da Energia Elétrica - A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2018	2017
Número de residências atendidas	2.909	3.342
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	6,53%	6,48%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	763	902
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,57%	0,95%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	813	902

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

O objetivo do Programa de P&D regulamentado pela ANEEL é alocar adequadamente recursos humanos e financeiros em projetos que demonstrem a originalidade, aplicabilidade, relevância e a viabilidade econômica de produtos e serviços, nos processos e usos finais de energia. Buscando promover a cultura da inovação, estimulando a pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico brasileiro, criando novos equipamentos e aprimorando a prestação de serviços que contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modicidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

As concessionárias de energia têm a obrigação de investir parte de seu lucro no P&D. Diferentemente dos projetos de pesquisa convencionais, que se caracterizam pela liberdade de investigação, os projetos do P&D ANEEL devem ter objetivos e resultados bem definidos.

O Projeto de P&D encerrado em 2019 teve um investimento de R\$1.290.659,79. A base do projeto foi o desenvolvimento de uma plataforma de automação de alimentadores de distribuição em topologia radial baseado em sistema SCADA, monitoramento *on-line*, rede de fibra ótica e religadores telecomandados, software Gridlab-D, algoritmo de ajuste de carga, algoritmo de análise *off-line*, algoritmo redutor de rede e algoritmo inteligente de reconfiguração de alimentadores. Este projeto permitiu dotar à COCEL de uma infraestrutura com a tecnologia mais recente de automação através de uma rede de fibra ótica mono-modo para monitoramento de religadores em três alimentadores de distribuição com efeito imediato sobre os indicadores de continuidade da empresa.

Os religadores permitem que o fornecimento de energia seja automaticamente restabelecido em casos de interrupções causadas por problemas temporários (como a queda de galhos de árvores, por exemplo), sem necessidade de deslocamento de equipe até o local do problema. Além de minimizar o risco de interrupções não programadas, caso os desligamentos ocorram o período sem energia tende a ser muito menor.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Projeto de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cotel segue a regulamentação da ANEEL, que também é responsável por fiscalizar os projetos de todas as concessionárias. Assim como ocorre com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, as concessionárias são obrigadas a investir 0,5% da ROL (Receita Operacional Líquida) em PEE.

Em 2019 a COCEL finalizou o projeto de eficiência energética que resultou na maior ação de melhoria na iluminação pública já realizada no município. O projeto obteve aprovação da ANEEL (através da Nota Técnica 0186/2017-SPE/ANEEL) para a substituição das lâmpadas da iluminação pública da região central do município por modelos de led. As lâmpadas de led são até 70% mais econômicas que as tradicionais, proporcionam melhor percepção das cores e menores custos de manutenção, contribuindo também para a valorização do espaço público e com a segurança da população. O projeto realizado em Campo Largo vem se tornando referência para outros municípios que buscam ações mais eficientes e também para a iniciativa privada. Foram instaladas 756 novas luminárias, resultando na economia mensal de 62.000 kWh. Com a economia no consumo de energia a Prefeitura Municipal conseguiu realizar a ampliação do projeto, mais de 3200 mil luminárias eficientes já foram instaladas no município.

Este projeto foi campeão do Prêmio Sesi ODS 2019 - que tem o objetivo de reconhecer e divulgar práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizadas pelas organizações e também foi destaque no 1º Encontro Paranaense de Eficiência Energética, evento voltado para a divulgação de tecnologias e soluções inovadoras em eficiência energética no Estado, realizado na sede da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), contou com a presença de centenas de profissionais de diversas áreas e estudantes, buscando soluções para o melhor uso da energia elétrica.

O novo PEE da Companhia é voltado à educação, à valorização das escolas públicas municipais. Será realizada a adequação técnica e a substituição de lâmpadas tradicionais por modelos LED em 5 escolas públicas e na Vila Olímpica. As escolas receberão ainda a instalação de painéis fotovoltaicos, possibilitando que sejam autossuficientes na produção de energia. A melhoria na iluminação contribui para o ensino, valoriza a escola e a economia no consumo de energia possibilita que os valores sejam investidos na educação. O diagnóstico energético está sendo executado através do levantamento efetuado nas escolas do município, este projeto segue a regulamentação da ANEEL.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins do cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2019 foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.500.000,00 e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu Programa de Investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.689.084,76 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital da concessionária.

Indicadores Sociais Internos

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 120 colaboradores. Em 2018 contávamos com 122.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.585 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 12 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 31 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2019 com 03 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 151.635.678,26 em 2019 contra R\$ 150.111.956,19 em 2018, representando um acréscimo de 1,02%. Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 14 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2019 foi faturado o montante de R\$ 19.602.215,58 contra o valor de R\$ 14.578.138,97 em 2018. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2019 foi cobrado o valor de R\$ 8.241.628,69 e em 2018 o valor de R\$ 8.238.692,93, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 7.034.523,63, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e do Subsídio Rural de Irrigação e Eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 6.286.039,07 em 2019. Desde dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 97.567.466,63 em 2019, contra R\$ 94.047.391,36 em 2018. Um percentual de 51,6% em 2019 e de 49,8% em 2018, sobre a Receita Operacional Bruta.

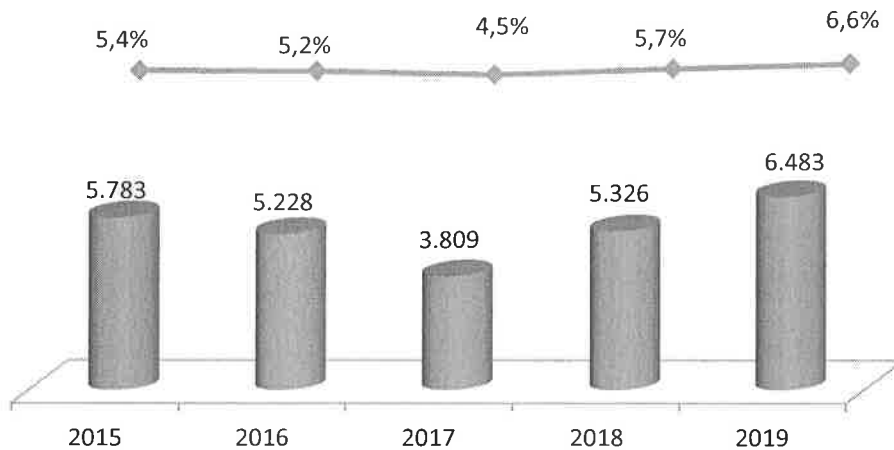
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2019 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 32.694.968,54 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 33,5%. Em 2018 foi de R\$ 30.725.639,76 e o percentual de 32,7%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2019 com o montante de R\$ 28.137.987,98 e a variação de 28,8% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2018 encerrou com o valor de R\$ 27.234.796,88 e variação de 29,0% sobre a ROL e variação de 3,2% (comparando 2019 com 2018).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 6.483 mil e margem de 6,6% em 2019, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2019	2018
Resultado das Atividades	4.556.980,56	3.490.842,88
Depreciação e Amortização	1.925.771,96	1.835.756,03
Lajida/Ebitda	6.482.752,52	5.326.598,91
Receita Operacional Líquida	97.567.466,63	94.047.391,36
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	6,6%	5,7%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



BALANÇO SOCIAL

	2019			2018		
	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
1) Base de Cálculo						
Receita Líquida	97.567			94.047		
Lucro Operacional	4.530			3.509		
Folha de Pagamento Bruta	16.582			16.671		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.585	9,56%	1,62%	1.540	9,24%	1,64%
Encargos Sociais sem diretoria	3.629	21,89%	3,72%	3.839	23,00%	4,08%
Previdência privada	49	0,30%	0,05%	49	0,29%	0,05%
Saúde	844	5,09%	0,87%	829	4,97%	0,88%
Segurança e Medicina no Trabalho	309	1,86%	0,32%	138	0,83%	0,15%
Educação	45	0,27%	0,05%	21	0,13%	0,02%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	39	0,24%	0,04%	30	0,18%	0,03%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	963	5,81%	0,99%	751	4,50%	0,80%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	7.463	45,01%	7,65%	7.197	43,17%	7,65%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	78.229	-	80,18%	81.024	-	86,15%
Total – Indicadores Sociais Externos	85.692	-	87,83%	88.221	-	93,81%

	2019	2018
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	120	122
N.º de empregados terceirizados	40	45
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	53	55
2º Grau	52	52
1º Grau	15	15
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	18
De 30 até 45 anos (inclusive)	60	50
Acima de 45 anos	51	54
Admissões durante o período	0	8
Demissões durante o período	2	8
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,3%	36,8%
Estagiários	3	5
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2019			2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,4			6,2		
Nº total de acidentes de trabalho	2			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2019.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2019.



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente



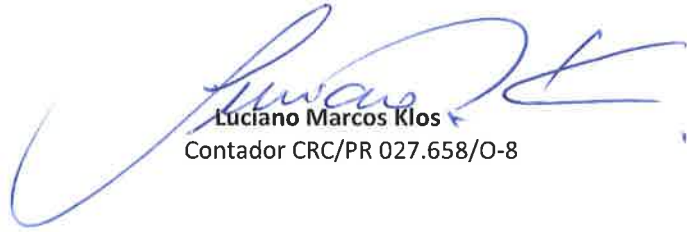
Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico



Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro



Nelson Chagas
Diretor Administrativo



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balanco Patrimonial dos exercicios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

ATIVO	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.802	1.957
Consumidores	16.409	17.141
Encargos de Uso da rede elétrica	638	345
Serviços em curso	98	1.788
Tributos compensáveis	274	321
Almoxarifado operacional	1.818	1.726
Despesas pagas antecipadamente	87	125
Ativos regulatórios	7.130	9.354
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	660	539
Outros ativos circulantes	1.459	1.721
	32.375	35.017
Não Circulante		
Tributos compensáveis	250	281
Depósitos judiciais e cauções	28	109
Investimentos temporários	195	195
Outros ativos não circulantes	1	1
	474	586
Imobilizados em serviço	55.151	55.468
Imobilizado em curso	3.188	3.361
Intangível em serviços	74	25
	58.413	58.854
	58.887	59.440
Total do Ativo	91.262	94.457
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	6.701	8.846
Empréstimos, financiamentos e debentures	852	1.042
Obrigações sociais e trabalhistas	2.636	2.852
Tributos	3.924	4.016
Provisões para litígios	223	38
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	2.418	1.753
Encargos setoriais	5.107	7.629
Passivos regulatórios	755	894
Outros passivos circulantes	1.255	1.193
	23.871	28.263
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	852
Passivos financeiros setoriais	3.065	2.220
Obrigações especiais	27.272	28.004
	30.337	31.076
Patrimônio Líquido		
Capital social integralizado	50.000	50.000
Reservas de capital	6.803	3.773
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(19.749)	(18.655)
	37.054	35.118
Total do Passivo	91.262	94.457

Demonstrativo de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Receita Operacional		
Fornecimento de energia elétrica	151.635	150.112
Disponibilização dos sistemas de distribuição	27.844	22.817
Ativos e Passivos regulatórios	(2.940)	4.643
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serv. concedido	7.034	6.341
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(780)	(826)
Outras receitas	6.286	5.753
	189.079	188.840
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(55.856)	(54.477)
COFINS/Pasep s/vendas	(16.578)	(15.896)
Encargos Parcela "A"		
CDE – Conta de desenvolvimento energético	(14.215)	(11.861)
CDE – Conta ACR	(4.411)	(7.049)
TFSEE – Taxa de fiscalização	(108)	(107)
Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética	(922)	(891)
Conta centralizadora dos rec. das Bandeiras tarifárias	578	(4.512)
	(91.512)	(94.793)
Receita operacional líquida	97.567	94.047
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(47.403)	(48.606)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(17.469)	(14.716)
	(64.872)	(63.322)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	32.695	30.725
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(16.582)	(16.671)
Material	(2.585)	(2.832)
Serviço de terceiros	(5.528)	(4.845)
Arrendamento e alugueis	(254)	(215)
Seguros	(114)	(104)
Doações, contribuições e subvenções	(152)	(33)
Provisões	(224)	(165)
(-) Recuperação de despesas	130	134
Tributos	(86)	(21)
Depreciação e amortização	(1.926)	(1.836)
Gastos diversos	(817)	(647)
	(28.138)	(27.235)
Resultado da atividade de concessão	4.557	3.490
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(2.536)	(2.232)
Receitas financeiras	3.528	2.930
	992	698
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	5.549	4.188
Imposto de Renda PJ/Contribuição social s/Lucro Líquido	(1.556)	(1.178)
Participação nos lucros	(963)	(751)
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.500	1.250
Lucro Líquido do exercício	4.530	3.509

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2.019	2.018
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.530	3.509
Ajuste de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	176	267
Provisão para contingências	185	35
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	40	128
Depreciação e baixas do imobilizado	3.033	2.630
Lucro líquido ajustado	7.964	6.569
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	399	(471)
Serviços pedidos em curso	1.690	(1.036)
Depósitos Judiciais	81	-
Ativos regulatórios	2.224	(3.151)
Ativo financeiro	-	-
Tributos a recuperar	78	58
Estoque	(92)	(534)
Despesas antecipadas	38	32
Outros	141	3.422
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.145)	36
Obrigações sociais e trabalhistas	(216)	455
Tributos a recolher	(92)	(1)
Encargos setoriais	(2.522)	(481)
Passivos regulatórios	(139)	(938)
Outros	907	530
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	8.316	4.490
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(3.275)	(3.634)
Intangível	(49)	30
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.324)	(3.604)
Atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(1.218)	(2.580)
Dividendos distribuídos	(835)	(496)
Aumento de capital	-	-
Reavaliação regulatória	(1.094)	(1.228)
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(3.147)	(4.304)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.845	(3.418)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.957	5.375
Saldo no final do exercício	3.802	1.957
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.845	(3.418)

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucro/Prejuízo acumulado	Recursos destinados a aumento de Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42.000	2.900	(17.427)	6.615	-	-	34.088
Aumento do Capital Social Conforme 130ª AGE e 51ª AGO de 27/04/2018							
- Com Reservas	6.615	-	-	(6.615)	-	-	-
- Com Lucros acumulados	1.385	(1.385)	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.229)	-	-	-	(1.229)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	3.509	-	3.509
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva Legal	-	175	-	-	(175)	-	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	2.084	(2.084)	-	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(1.250)	-	(1.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50.000	1.690	(18.656)	2.084	-	-	35.118
Aumento do Capital Social Conforme 133ª AGE e 52ª AGO de 30/04/2019							
- Com Reservas	-	-	-	-	-	-	-
- Com Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.094)	-	-	-	(1.094)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	4.530	-	4.530
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva Legal	-	226	-	-	(226)	-	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	2.804	(2.804)	-	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	50.000	1.916	(19.750)	4.888	-	-	37.054

Companhia Campolarguense de Energia - Cocel
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão detalhadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Em nossas demonstrações contábeis, a Cocel não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes pelo fato de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

Ativos e passivos regulatórios – Contas de Compensação da Variação dos Itens da “Parcela A” – CVA, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente. São valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem por objetivo, assegurar o equilíbrio financeiro econômico da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto básico da competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos tarifários.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2019. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2017 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada de acordo com os montantes homologados pela ANEEL conforme Resolução Homologatória nº 2104 de 28 de junho de 2016.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se o cálculo através da média histórica dos três últimos meses de faturamento. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO – R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTES A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão para Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão para Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	11.905	-	3.825	119	154	953	(936)	162	200	17	10	-	16.409	17.141
- Residencial	2.763	-	2.230	45	64	319	(415)	55	79	4	2	-	5.146	5.457
- Industrial	661	-	678	19	24	206	(206)	47	55	7	4	-	1.495	1.915
- Comercial	1.206	-	517	2	7	183	(190)	53	57	4	3	-	1.842	2.126
- Rural	130	-	48	1	1	2	(2)	7	9	2	1	-	199	208
- Poderes Públicos	189	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	207	221
- Iluminação Pública	507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	507	582
- Serviço Público	301	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	322	374
- Luz Fraterna	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	90
- Outras cobranças	280	-	313	52	58	243	(123)	-	-	-	-	-	823	643
- Fornecimento Não Faturado	5.820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.820	5.525
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	638	346
TOTAL	11.905	-	4.463	119	154	953	(936)	162	200	17	10	-	17.047	17.487

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	122.897	4.677	(1.102)	-	(482)	125.990	3.575	(74.171)	51.819	52.191	(32.493)	5.956	(26.537)
Maquinas e Equipamentos	120.176	4.677	(1.102)	-	(482)	123.269	3.575	(73.170)	50.099	50.083	(32.493)	5.956	(26.537)
Veículos	2.721	-	-	-	-	2.721	-	(1.001)	1.720	2.108	-	-	-
Administração	7.203	215	(375)	-	-	7.043	(161)	(3.759)	3.284	3.212	-	-	-
Terrenos	2.036	-	-	-	-	2.036	-	-	2.036	2.036	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.764	-	-	-	-	2.764	-	(2.068)	696	729	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	1.271	160	(375)	-	-	1.056	(215)	(780)	276	175	-	-	-
Veículos	75	-	-	-	-	75	-	(75)	-	3	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.057	55	-	-	-	1.112	54	(836)	276	269	-	-	-
Comercialização	117	-	-	-	-	117	-	(67)	50	65	-	-	-
Veículos	102	-	-	-	-	102	-	(63)	39	53	-	-	-
Móveis e Utensílios	15	-	-	-	-	15	-	(4)	11	12	-	-	-
Subtotal	130.217	4.892	(1.477)	-	(482)	133.150	3.415	(77.997)	55.153	55.468	(32.493)	5.956	(26.537)

Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	3.361	4.504	-	(4.677)	-	3.188	(173)	-	3.188	3.361	(735)	-	(735)
Maquinas e Equipamentos	3.361	4.504	-	(4.677)	-	3.188	(173)	-	3.188	3.361	(735)	-	(735)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	214	-	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	-	160	-	(160)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	54	-	(54)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.361	4.718	-	(4.891)	-	3.188	(173)	-	3.188	3.361	(735)	-	(735)

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	151	-	-	-	-	151	-	(146)	5	5
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	151	-	-	-	-	151	-	(146)	5	5
Administração	1.329	61	-	-	-	1.390	61	(1.328)	62	10
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.329	61	-	-	-	1.390	61	(1.328)	62	10
Comercialização	12	-	-	-	-	12	-	(5)	7	10
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	12	-	-	-	-	12	-	(5)	7	10
Subtotal	1.492	61	-	-	-	1.553	61	(1.479)	74	25

Intangível em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição – Máquinas e Equipamentos – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = A – B + C
AIS Bruto	120.176	4.677	(1.102)	-	(482)	123.269	3.575
Transformador de distribuição	23.707	816	(202)	-	(109)	24.212	614
Medidor	14.347	454	(154)	-	(83)	14.564	300
Redes Baixa Tensão (<2,3 KV)	48.959	2.170	(440)	-	(159)	50.530	1.730
Redes Média Tensão (2,3 a 44KV)	22.132	929	(188)	-	(68)	22.805	741
Subestações Alta Tensão (primário 88KV a 138KV)	7.671	101	(118)	-	(63)	7.591	(17)
Veículos	2.525	-	-	-	-	2.525	-
Demais Máquinas e Equipamentos	835	207	-	-	-	1.042	207
Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	31.986	507	-	-	-	32.493	507
Participações, Doações, PEE, P&D, Universalização	29.359	507	-	-	-	29.867	507
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	2.627	-	-	-	-	2.627	-
Ultrapassagem de demanda	1.673	-	-	-	-	1.673	-
Excedente de reativos	954	-	-	-	-	954	-

Ativo Imobilizado – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2019		2018	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	125.990	(74.170)	51.820	52.191
Custo histórico	3,96%	88.557	(37.444)	51.113	50.409
Reavaliação	-	37.433	(36.726)	707	1.782
Administração	-	7.042	(3.759)	3.283	3.212
Custo histórico	2,11%	4.306	(1.897)	2.409	2.325
Reavaliação	-	2.736	(1.862)	874	887
Comercialização	-	118	(68)	50	66
Custo histórico	13,26%	105	(60)	45	59
Reavaliação	-	13	(8)	5	7
		133.150	(77.997)	55.153	55.468

Intangível – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2019		2018	
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	151	(146)	5	5
Custo histórico	7,96%	113	(108)	5	5
Reavaliação	-	38	(38)	-	-
Administração	-	1.390	(1.328)	62	10
Custo histórico	5,27%	949	(887)	62	7
Reavaliação	-	441	(441)	-	3
Comercialização	-	12	(5)	7	10
Custo histórico	16,67%	12	(5)	7	10
Reavaliação	-	-	-	-	-
		1.553	(1.479)	74	25

Nota: A Cocel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

Composição das Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do Sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Veículos	14,29%

Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que resultou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	6.612	5.838	(6.110)	663	-	7.003	3.188	7.003	-
Aquisição de Energia 0 CVAenerg	3.955	3.185	(3.472)	471	-	4.139	2.184	4.139	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFA	74	173	(148)	11	-	110	-	110	-
Transporte Rede Básica	289	273	(327)	15	-	250	212	250	-
Transporte de Energia – Itaipu	-	150	-	-	-	150	150	150	-
Encargos Serv.do Sistema – ESS/ERR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	2.294	2.057	(2.163)	166	-	2.354	642	2.354	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.742	-	(2.615)	-	-	127	-	127	-
Neutralidade da Parcela A	2.097	-	(1.970)	-	-	127	-	127	-
Outros	645	-	(645)	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	9.354	5.838	(8.725)	663	-	7.130	3.188	7.130	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(209)	(278)	193	-	-	(294)	(278)	(294)	-
Aquisição de Energia 0 CVAenerg	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia – Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos Serv.do Sistema – ESS/ERR	-	(278)	-	-	-	(278)	(278)	(278)	-
CDE	(209)	-	193	-	-	(16)	-	(16)	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	(685)	(899)	1.146	(23)	-	(461)	-	(461)	-
Neutralidade da Parcela A	(239)	(790)	645	(23)	-	(407)	-	(407)	-
Outros	(446)	(109)	501	-	-	(54)	-	(54)	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	(894)	(1.177)	1.339	(23)	-	(755)	(278)	(755)	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A Cocel possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

	2019		2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás	102	-	142	102
Caixa Econômica Federal	750	-	900	750
Total	852	-	1.042	852

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência. Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido. Efetuado empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700 - a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO/LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?
Ativos Financeiros	-	3.802	-	3.802	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	3.802	-	3.802	
Saldo final de Caixa – Conta 1101	-	2.756	-	2.756	Sim
Aplic.financ. CDB	-	-	-	-	-
Aplic.financ.Fundos DI	-	-	-	-	-
Aplic.financ.Outros fundos	-	1.046	-	1.046	sim

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta: Somatórios de Passivos formados por:		
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Curto prazo	(852)	(1.042)
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Longo prazo	-	(852)
Passivo Atuarial – Previdência Privada	-	-
Passivo Atuarial – Demais Benefícios Pós-emprego	-	-
Parcelamentos de tributos	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Tributos em atraso	-	-
Custos Setoriais em atraso e renegociados	-	-
Encargos Setoriais em atraso e renegociados	-	-
Passivos financeiros setoriais	(755)	(894)
Suprimento de Energia Elétrica para Revenda – Curto prazo sem cobertura tarifária	-	-
Compra de Energia Elétrica para Revenda – Curto prazo sem cobertura tarifária	-	-
	(1.607)	(2.788)
Ativos Financeiros: Somatório de Ativos Formados por:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.802	1.957
Investimentos temporários	195	195
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Ativos financeiros setoriais	7.130	9.354
Reembolsos do Fundo da CDE	512	539
Benefícios Pós-emprego	-	-
	11.639	12.045
DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA (POSITIVA)	10.032	9.257

7.3 Abertura dos Instrumentos Derivativos:

A Cocel não possui instrumentos derivativos.

8. Provisões para Litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2019 consideradas como "prováveis".

Descrição	2019		2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	185	-	-	-
Cíveis	38	-	38	-
Total	223	-	38	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 51 processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 38.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 185.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Suas obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais em Serviço – R\$ Mil	Depreciação – Taxa Média Anual	Custo histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em Serviço		(11.159)	-	(21.334)	(32.493)
Participação da União, Estados e Municípios	4,00%	(683)	-	-	(683)
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	(4.907)	-	(21.334)	(26.241)
Doações e Subv.a Invest.no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	(572)	-	-	(572)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	4,00%	(2.370)	-	-	(2.370)
Outros	-	(2.627)	-	-	(2.627)
Ultrapassagem de demanda	4,00%	(1.673)	-	-	(1.673)
Excedente de reativos	4,00%	(954)	-	-	(954)
Diferença de perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada – AIS		3.363	-	2.593	5.956
Participação da União, Estados e Municípios		32	-	-	32
Participação Financeira do Consumidor		2.308	-	2.593	4.901
Doações e Subv.a Invest.no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		36	-	-	36
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica		729	-	-	729
Outros		258	-	-	258
Ultrapassagem de demanda		172	-	-	172
Excedente de reativos		86	-	-	86
Diferença de perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
TOTAL	3,75%	(7.796)	-	(18.741)	(26.537)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais em Curso – R\$ Mil	Saldo inicial em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências	Saldo Final em 31/12/2019
Em Curso					
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(448)	(430)	-	335	(543)
Doações e Subv.a Invest.no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(234)	-	234	-
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	(227)	(216)	251	-	(192)
Valores não aplicados	-	-	-	-	-
Outros					
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença de perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	(675)	(880)	251	569	(735)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2019	2018
Resultado do exercício	4.530	3.509
(-) Reserva legal 5%	(226)	(175)
Resultado a distribuir	4.304	3.334
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(1.500)	(1.250)
Reserva estatutária para investimento	(2.804)	(2.084)
	(4.304)	(3.334)

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		Consumo MWh		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento – Faturado	51.487	50.401	191.913	192.949	151.340	150.868
Residencial	45.708	44.570	83.342	80.984	73.385	71.712
Industrial	391	394	40.515	44.517	28.917	31.415
Comercial	3.359	3.354	39.552	36.748	32.351	30.065
Rural	1.750	1.803	6.666	6.680	3.798	3.703
Poder Público	210	211	3.302	3.356	2.728	2.776
Iluminação Pública	1	1	12.022	13.924	6.140	7.215
Serviço Público	65	65	6.391	6.610	4.011	3.982
Consumo Próprio	3	3	123	130	-	-
Fornecimento – Não faturado	-	-	-	-	295	(756)
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	-	-	125.914	124.269	27.844	22.817
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	14	13	125.914	124.269	27.844	22.817
(-) Transferências p/Obrigações Especiais	-	-	-	-	(780)	(826)
(-) Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	-	(183)	(226)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	(597)	(600)
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(2.940)	4.643
Constituição/Amort. – CVA Ativa/Passiva	-	-	-	-	(639)	4.416
Constituição/Amort. – RTP Diferimento/devolução	-	-	-	-	-	-
Constit./Amort. – Demais Ativos/Passivos regulatórios	-	-	-	-	(2.301)	227
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	7.034	6.341
Outras Receitas	-	-	-	-	6.286	5.753
Serviços cobráveis	-	-	-	-	824	842
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	2.732	2.068
Serviços prestados de manut. Iluminação Pública	-	-	-	-	2.870	3.044
Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	202	167
Outras receitas diversas	-	-	-	-	202	132
(-) Tributos sobre outras receitas	-	-	-	-	(544)	(500)
TOTAL	51.501	50.414	317.827	317.218	189.079	188.840

12. Pessoal e Administradores

Pessoal	2019	2018
Remuneração	9.738	10.024
Encargos	3.629	3.838
Previdência privada	49	49
Previdência – Fundação mantenedora	-	-
Previdência – Defici ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	838	822
Vale alimentação	1.534	1.493
Programa de demissão voluntária	881	467
Outros	81	60
(-) Transferência p/ordens em curso	(1.810)	(1.661)
	14.940	15.092
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselhos)	1.584	1.524
Benefícios aos administradores	58	55
	1.642	1.579
TOTAL	16.582	16.671

13. Revisão e Reajuste Tarifário

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

13.1 Revisão Extraordinária – janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocel.

A partir do mês de fevereiro, a Cocel ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

13.2 Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, de 9 De julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

13.3 Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da Cocel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

13.4 Revisão tarifária extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

13.5 Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

13.6 Revisão tarifária extraordinária

Foi homologado o resultado da quarta Revisão Periódica – RTP através da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28 de Junho de 2016, com o reposicionamento tarifário com financeiros de -14,40% (quatorze vírgula quarenta por cento negativo), sendo -15,52% (quinze vírgula cinquenta e dois por cento negativo) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,12% (um vírgula doze por cento) relativo aos componentes financeiros.

13.7 Reajuste tarifário anual – 2017/2018

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2256 de 20/06/2017.

As tarifas da base econômica da Cocal, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.104, de 28 de junho de 2016, ficam em média, reajustadas em 13,34% (treze, vírgula trinta e quatro por cento), sendo 8,12% (oito vírgula doze por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,22% (cinco vírgula vinte e dois por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

13.8 Reajuste tarifário anual – 2018/2019

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2411 de 26/06/2018.

As tarifas da base econômica da Cocal, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.256, de 20 de junho de 2017, ficam em média, reajustadas em 12,03% (doze, vírgula zero três por cento), sendo de 16,76% (dezesseis vírgula setenta e seis por cento) em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 9,51% (nove, vírgula cinquenta e um por cento em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.9 Reajuste tarifário anual – 2019/2020

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2563 de 25/06/2019.

As tarifas da base econômica da Cocal, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.411, de 26 de junho de 2018, ficam em média, reajustadas em - 4,56% (menos quatro, vírgula cinquenta e seis por cento), sendo de - 0,71% (menos zero vírgula setenta e um por cento) em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de - 6,60% (menos seis, vírgula sessenta por cento) em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

14. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no quarto ciclo de revisão tarifária (4CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração aos acionistas e a quota de reintegração regulatória.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	114.189.464,00
(2) Índice de Aproveitamento Integral	4.048.867,77
(3) Obrigações Especiais Bruta	27.102.361,77
(4) Bens Totalmente Depreciados	25.708.742,31
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	57.329.492,16
(6) Depreciação Acumulada	65.510.737,75
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	48.678.726,25
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	1.984.407,88
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	46.694.318,37

(10) Almojarifado em Operação	732.002,61
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	21.334.049,86
(13) Terrenos e Servidões	151.407,38
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	26.243.678,50
(15) Saldo RGR PLPT	962.044,63
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,01%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	2.297.590,22
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	580.188,63
(20) Remuneração do Capital	3.686.739,87

15. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	13.873.880,93
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	6.243.246,42
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.664.865,71
(4) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	5.965.768,80
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	702.877,49
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	339.894,23
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.491.318,38
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.534.090,10

15.1. Ajuste da parcela "B" em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

Ao Custo de Administração, Operação e Manutenção - CAOM e ao Custo Anual dos Ativos - CAA é aplicado um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (P_m) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada concessionária no ajuste do Valor da Parcela B é definido a partir da produtividade média do setor de distribuição e do crescimento médio do mercado faturado e do número de unidades consumidoras da concessionária entre a atual revisão tarifária e a do 3CRTP.

O Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação na atual revisão tarifária é de **1,12%**.

Para o cálculo do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X.

Na aferição do nível de qualidade do serviço prestado são considerados os indicadores Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC). O mecanismo busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho relativo entre as distribuidoras.

O valor do ajuste da Parcela B em função do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade depende do desempenho relativo das distribuidoras. Para definição do **Indicador de Qualidade do Serviço** de cada distribuidora são comparados, a cada ano civil, os indicadores apurados DEC e FEC, contra os limites definidos pela ANEEL.

A tabela a seguir resume o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da concessionária.

Descrição	Valores (R\$)
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	18.125.541,13
Custos Operacionais (CO)	18.060.727,79
Receitas Irrecuperáveis - Encargos Setoriais (Vi)	7.138,51
Demais Receitas Irrecuperáveis (Vse)	57.674,83
Custo Anual dos Ativos (CAA)	8.518.420,19
Remuneração do Capital (RC)	3.686.739,87
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	2.297.590,22
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	2.534.090,10
Parcela B (VPB)	26.643.961,32
Índice de Produtividade da Parcela B	1,23%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-0,18%
Parcela B com ajustes	26.361.874,25

15.2 Resultado da Revisão Tarifária

Em 28 de Junho de 2016, conforme a Resolução Homologatória nº 2.104/2016 - ANEEL, ocorreu a quarta Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média -14,40% (negativos), decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de -15,52% (negativos) da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 1,12%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Resumo da Revisão

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da COCEL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribuiu para o reposicionamento tarifário apresentado:

	Variação	Participação na Revisão	Participação na Receita
PARCELA A (Encargos + Transmissão + Energia)	-18,38%	-15,09%	79,32%
Encargos Setoriais	-18,56%	-3,46%	17,96%
Taxa de Fiscalização de Serviços de E.E. – TFSEE	-5,33%	-0,00%	0,09%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Uso)	36,99%	-4,21%	8,48%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Decr.7945/2016)	11,99%	0,00%	0,04%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Conta ACR)	7,10%	0,35%	6,30%
Proinfa	38,62%	0,51%	2,18%
P&D, Efic.Energ. e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	-13,99%	-0,12%	0,85%
Custos de Transmissão	7,99%	0,44%	6,97%
Uso do sistema de distribuição	7,99%	0,44%	6,97%
Custo de Aquisição de Energia	-20,81%	-12,07%	54,39%
PARCELA B	-2,36%	-0,42%	20,68%
Custos Operacionais	-2,59%	-0,34%	15,05%
Anuidades	16,11%	0,25%	2,11%
Remuneração	32,93%	0,64%	3,07%
Depreciação	-11,08%	-0,20%	1,91%
Receitas Irrecuperáveis	-40,38%	-0,03%	0,05%
Outras Receitas	136,54%	-0,74%	-1,52%
RT considerando a variação tarifária da RTE		-15,52%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual		1,12%	
CVA em Processamento – Encargos Setoriais – Líquido do Financeiro RTE		0,47%	
CVA em Processamento – Energia comprada - Líquido do Financeiro RTE		-0,61%	
Saldo a compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes		-1,10%	
Neutralidade dos Encargos		0,19%	
Ajuste Financeiro Suprida X Supridora – Resol.243/2006 (Componente TUSD)		-2,34%	
Ajuste Financeiro Suprida X Supridora – Resol.243/2006 (Componente TE)		4,64%	
Repasse de compensação DIC/FIC		-0,01%	
Conselho de Consumidores		-0,04%	

Reversão de Financeiros por Postergação – Componente TE	-0,04%
Reversão de Financeiros por Postergação – Componente TUSD	-0,03%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-1,91%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	-16,30%

O reposicionamento tarifário da COCEL é de -15,52%, considerando o efeito da RTE, sendo o efeito médio percebido pelo consumidor de -16,30%. O efeito consolidado por nível de tensão pode ser observado na tabela a seguir:

Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT – Alta Tensão (> 2,3 kV)	-22,26%
BT – Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-8,90%
Efeito Médio AT + BT	-16,30

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

ATIVO	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.802	-	3.802	1.957	-	1.957
Consumidores	16.409	-	16.409	17.141	-	17.141
Encargos de Uso da rede elétrica	638	-	638	345	-	345
Serviços em curso	98	-	98	1.788	-	1.788
Tributos compensáveis	274	-	274	321	-	321
Almoxarifado operacional	1.818	-	1.818	1.726	-	1.726
Despesas pagas antecipadamente	87	-	87	125	-	125
Ativos regulatórios	7.130	-	7.130	9.354	-	9.354
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	660	-	660	539	-	539
Outros ativos circulantes	1.459	-	1.459	1.721	-	1.721
	32.375	-	32.375	35.017	-	35.017
Não Circulante						
Tributos compensáveis	250	-	250	281	-	281
Depósitos judiciais e cauções	28	-	28	109	-	109
Investimentos temporários	195	-	195	195	-	195
Ativo financeiro indenizável	-	(1.574)	1.574	-	(1.574)	1.574
Outros ativos não circulantes	1	-	1	1	-	1
	474	(1.574)	2.048	586	(1.574)	2.160
Imobilizados em serviço	55.151	55.151	-	55.468	55.468	-
Imobilizado em curso	3.188	3.188	-	3.361	3.361	-
Intangível em serviços	74	(45.829)	45.903	25	(45.285)	45.310
Intangível em curso	-	(3.188)	3.188	-	(3.361)	3.361
	58.413	9.322	49.091	58.854	10.183	48.671
	58.887	7.748	51.139	59.440	8.609	50.831
Total do Ativo	91.262	7.748	83.514	94.457	8.609	85.848

PASSIVO	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	6.701	-	6.701	8.846	-	8.846
Empréstimos e financiamentos	852	-	852	1.042	-	1.042
Obrigações sociais e trabalhistas	2.636	-	2.636	2.852	-	2.852
Tributos	3.924	-	3.924	4.016	-	4.016
Provisão para litígios	223	-	223	38	-	38
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	2.418	-	2.418	1.753	-	1.753
Encargos setoriais	5.107	-	5.107	7.629	-	7.629
Passivos regulatórios	755	-	755	894	-	894
Outros Passivos circulantes	1.255	-	1.255	1.193	-	1.193

	23.871	-	23.871	28.263	-	28.263
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	852	-	852
Passivos financeiros setoriais	3.065	3.065	-	2.220	2.220	-
Obrigações especiais	27.272	27.272	-	28.004	28.004	-
	30.337	30.337	-	31.076	30.224	852
Patrimônio Líquido						
Capital Social	50.000	-	50.000	50.000	-	50.000
Reservas de capital	6.803	(2.840)	9.643	3.773	(2.960)	6.733
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(19.749)	(19.749)	-	(18.655)	(18.655)	-
	37.054	(22.589)	59.643	35.118	(21.615)	56.733
Total do Passivo	91.262	7.748	83.514	94.457	8.609	85.848

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Operacional						
Fornecimento de Energia Elétrica	151.635	-	151.635	150.112	-	150.112
Disponibilização do sistema de distribuição	27.844	-	27.844	22.817	-	22.817
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	(2.940)	-	(2.940)	4.643	-	4.643
Doações, contribuições e Subvenções	7.034	-	7.034	6.341	-	6.341
Ultrapassagem de demanda e reativos	(780)	(780)	-	(826)	(826)	-
Receita de construção	-	(4.721)	4.721	-	(6.223)	6.223
Outras receitas	6.286	-	6.286	5.753	-	5.753
	189.079	(5.501)	194.580	188.840	(7.049)	195.889
Deduções da Receita Operacional						
Tributos						
ICMS	(55.856)	-	(55.856)	(54.477)	-	(54.477)
Cofins/Pasep/Pis s/ vendas	(16.578)	-	(16.578)	(15.896)	-	(15.896)
Encargos Parcela A						
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	(14.215)	-	(14.215)	(11.861)	-	(11.861)
CDE – Conta ACR	(4.411)	-	(4.411)	(7.049)	-	(7.049)
Taxa de fiscalização	(108)	-	(108)	(107)	-	(107)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(922)	-	(922)	(891)	-	(891)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	578	-	578	(4.512)	-	(4.512)
	(91.512)	-	(91.512)	(94.793)	-	(94.793)
Receita Operacional Líquida	97.567	(5.501)	103.068	94.047	(7.049)	101.096
Custos não gerenciáveis – parcela B						
Energia elétrica comprada para revenda	(47.403)	-	(47.403)	(48.606)	-	(48.606)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(17.469)	-	(17.469)	(14.716)	-	(14.716)
	(64.872)	-	(64.872)	(63.322)	-	(63.322)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	32.695	(5.501)	38.196	30.725	(7.049)	37.774
Custos gerenciáveis – parcela B						
Pessoal e Administradores	(16.582)	-	(16.582)	(16.671)	-	(16.671)
Material	(2.585)	-	(2.585)	(2.832)	-	(2.832)
Serviço de terceiros	(5.528)	-	(5.528)	(4.845)	-	(4.845)
Arrendamento e alugueis	(254)	-	(254)	(215)	-	(215)
Seguros	(114)	-	(114)	(104)	-	(104)
Doações, Contribuições e Subvenções	(152)	-	(152)	(33)	-	(33)
Provisões	(224)	-	(224)	(165)	-	(165)
(-) Recuperação de despesas	130	-	130	134	-	134
Tributos	(86)	-	(86)	(21)	-	(21)
Depreciação e amortização	(1.926)	964	(2.890)	(1.836)	883	(2.719)
Custo com construção	-	4.721	(4.721)	-	6.223	(6.223)
Gastos diversos	(817)	-	(817)	(647)	-	(647)
	(28.138)	5.685	(33.823)	(27.235)	7.106	(34.341)
Resultado da Atividade de Concessão	4.557	184	4.373	3.490	57	3.433
Resultado Financeiro						
Despesas financeiras	(2.536)	(64)	(2.472)	(2.232)	(30)	(2.202)
Receitas financeiras	3.528	-	3.528	2.930	-	2.930
	992	(64)	1.056	698	(30)	728
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	5.549	120	5.429	4.188	27	4.161
Imposto de renda PJ/Contrib.Social s/Lucro Líquido	(1.556)	-	(1.556)	(1.178)	-	(1.178)
Participação nos lucros	(963)	-	(963)	(751)	-	(751)
Reversão dos juros s/Capital próprio	1.500	-	1.500	1.250	-	1.250
Lucro Líquido do exercício	4.530	120	4.410	3.509	27	3.482

16.1 Ativo financeiro indenizável

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 530 mil.

16.2 Conciliação do Imobilizado/intangível societário e regulatório

	2019	2018
Saldos no final do exercício societário	45.903	45.310
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	1.585	2.679
Obrigações especiais	6.163	5.930
Transferência para conta Ativo financeiro indenizável	1.574	1.574
Saldo no fim do exercício regulatório	55.225	55.493

16.3 Passivos Financeiros Setoriais

Os Valores acumulados de receitas com ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER foram transferidos a partir da 4ª (RTP) Revisão Tarifária Periódica da conta de Obrigações Especiais atualizada pela taxa referencial Selic. De acordo com a Aneel, a partir do 5º Ciclo da RTP (set/19) o saldo acumulado entre mai/15 e abr/19 será totalmente amortizado durante o prazo do ciclo (set/19 a ago/23).

16.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referencia (VNR), para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 2.369 mil, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2019	2018
Saldos no final do exercício societário	6.163	5.930
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	18.740	19.599
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	2.369	2.475
Saldo no fim do exercício regulatório	27.272	28.004

16.5 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

16.6 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referencia – VNR aprovada na 4ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em junho/2016.

16.7 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 780 mil, refere-se à contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico. Transferido após para conta do Passivo Circulante – Passivos Financeiros Setoriais, conforme comentado no item 16.3.

16.8 Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

16.9 Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da amortização dos valores decorrentes dos valores de VNR – Valor Novo de Reposição, registrados no decorrer das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) nas contas de Obrigações Especiais e dos valores transferidos da Receita Operacional referente a ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER. São valores que de acordo com a natureza das práticas contábeis, divergem da Contabilidade Societária.

16.10 Despesas Financeiras

Ajustes de atualizações da Selic exclusivo da Contabilidade Regulatória calculados sobre valores registrados no Passivo Não Circulante, decorrentes de ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER conforme instruções do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

17. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	4.410	3.482
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	120	27
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(4.721)	(6.223)
Custo de construção	4.721	6.223
Depreciação/amortização	964	883
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Ultrapassagem de demanda – UD e excedente de reativo – ER	(780)	(826)
Despesas Financeiras sobre UD/ER	(64)	(30)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	4.530	3.509

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocel passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos

tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

18. Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 em seus negócios em observância às normas contábeis aplicáveis, e para o exercício de 2019, concluiu que se refere a um evento subsequente que não origina ajustes.

Considerando a situação atual da disseminação do surto e imprevisibilidade da evolução do mesmo, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Companhia ainda está exposta as flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, o que também causaria uma redução no investimento da Companhia.

A Administração da Companhia avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar estes impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente



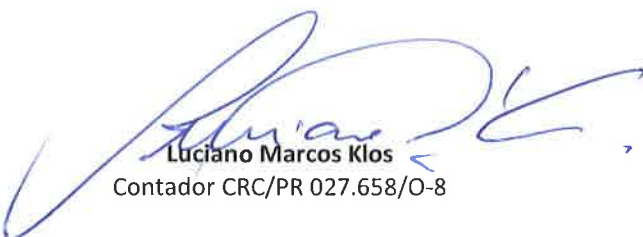
Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico



Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro



Nelson Chagas
Diretor Administrativo



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2019, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de Julho de 2020.



José Carlos Noriller
Presidente



Edson Luiz Bubniak
Conselheiro



Adenilson Ribeiro Dos Santos
Conselheiro



Adinan Cardoso
Conselheiro



Leonir Batista Ferraz
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de Julho de 2020.



João Alceu Borges Tigrinho
Presidente



Vera Lúcia Berton
Conselheira



Rubens Beber
Conselheiro



Paulo Henrique Bianco
Conselheiro



Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro



Fledinei Borges Licheski
Conselheiro



Marina Pusch de Oliveira
Conselheira



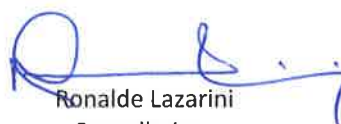
Cesar Augusto Durães Ribeiro
Conselheiro



Anderson Citero
Conselheiro



André Luis Alves
Conselheiro



Ronalde Lazarini
Conselheiro